

## LITERATURA E HISTÓRIA, DIÁLOGOS E (DES)ENCONTROS

LITTERATURE ET HISTOIRE, DIALOGUES ET (DES)ENCONTROS

Sébastien Rozeaux\*  
rozeaux@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo propõe uma reflexão sobre as relações complexas entre literatura e história, a partir de uma série de exemplos vividos por mim ao longo da minha carreira acadêmica. Duas direções foram exploradas. Uma relaciona-se ao campo acadêmico e à divisão do trabalho científico: existia e segue existindo certa rivalidade entre disciplinas diferentes – as letras, ou a literatura, e a história, mais especificamente a história cultural ou a história do fato literário – cujos pesquisadores compartilham um mesmo objeto de estudo, a “literatura”. A segunda remete a questões mais epistemológicas sobre o estatuto do texto literário, sobre a diferença entre história e ficção, sobre os “poderes” respectivos da literatura e da história, sobre a relação ou o compromisso com a “Verdade”. Esclarecer e assumir essas diferenças são as premissas para que o encontro não se torne um desencontro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura; História; Interdisciplinaridade.

**ABSTRACT:** Cet article interroge la relation complexe entre littérature et histoire, à partir d'une série d'exemples vécus par l'auteur tout au long de sa carrière académique. Deux directions ont été explorées. La première concerne le champ académique et la division du travail scientifique : il y a eu et il existe encore une certaine rivalité entre les différentes disciplines de la littérature et de l'histoire, plus précisément de l'histoire culturelle ou de l'histoire du fait littéraire, lorsque les universitaires ont la « littérature » comme objet de recherche commun. La seconde renvoie à des questions plus épistémologiques sur le statut du texte littéraire, sur la différence entre l'histoire et la fiction, sur les « pouvoirs » respectifs de la littérature et de l'histoire, sur le rapport ou l'engagement à la « Vérité ». La clarification et la prise en compte de ces différences sont les conditions sine qua non pour que ce dialogue entre histoire et littérature puisse être serein et vertueux.

**KEYWORDS:** Littérature ; Histoire ; Interdisciplinarité.

### Introdução

Gostaria de abrir este artigo com uma reflexão tecida a partir de uma publicação coletiva ocorrida em 2019. Tive naquele ano o prazer de coordenar com Michel Riaudel, professor na Sorbonne, um dossiê na revista *Brésil(s)*, editada pela École des hautes études en sciences sociales (EHESS, Paris). O número era intitulado “História e literatura” (Riaudel e Rozeaux, 2019). A nossa proposta era, no entanto, propor uma reflexão pluridisciplinar sobre a “literatura”, pois eu sou historiador de formação, enquanto Michel Riaudel é especialista em

---

\* Doutor em história pela Universidade de Lille, França (2012). Docente na Universidade Toulouse Jean Jaurès e membro do laboratório Framespa. Atua nas áreas de história do Brasil contemporâneo, história cultural, história ambiental, história social, antropologia histórica. O texto é uma versão atualizada da conferência de abertura do I Colóquio Literatura e História: historicidade e arquivos, na UFG, ocorrido em junho de 2024.

literatura e civilização brasileira. Convidamos, para este fim, diversos colegas brasileiros para escreverem artigos para o dossiê; entre eles, gostaria de ressaltar aqui a participação de Márcia Abreu, com um artigo sobre a presença da literatura na vida social brasileira no século XIX; Hélio de Seixas Guimarães, com um artigo sobre a presença de Machado de Assis nas histórias literárias; e por fim Leonardo Mendes e Pedro Paulo Catharina, com um artigo sobre o mal conhecido e às vezes desprezado naturalismo brasileiro.

É costume lançar cada novo número da revista *Brésil(s)* com uma mesa-redonda, o que ocorreu em 2020. O evento contou com a participação de alguns membros do comitê editorial, autores de artigos publicados naquele número e acadêmicos convidados para fazer uma leitura crítica do dossiê. Lembro-me ainda muito bem dessa conversa ocorrida entre Michel Riaudel e os demais presentes no encontro: ela foi muito interessante, tanto quanto, às vezes, áspera, ao tratarmos dos artigos que compunham o dossiê e, mais especificamente, das relações complexas e conflituosas entre as disciplinas acadêmicas da história e da literatura. Ao longo da discussão, entendi que o debate envolvia uma questão dupla:

– A primeira tinha a ver com o campo acadêmico e a divisão do trabalho científico: existia e segue existindo certa rivalidade entre duas disciplinas diferentes: as letras, ou a literatura, de um lado; e a história, mais especificamente a história cultural ou a história do fato literário, de outro, cujos pesquisadores têm como objeto de pesquisa em comum a “literatura”.

– A segunda remetia a questões mais epistemológicas sobre o estatuto do texto literário, sobre a diferença entre história e ficção, sobre os “poderes” respectivos da literatura e da história, sobre a relação ou o compromisso com a “Verdade”.

São essas duas dimensões de um mesmo mal-entendido ou desencontro que eu gostaria de expor a partir de uma série de exemplos, reflexões e disputas intelectuais dos quais eu participei ou aos quais pude assistir desde que entrei para a carreira acadêmica, nos anos 2000, tanto na França quanto no Brasil. Acho que estas reflexões de cunho mais teórico podem ser úteis por ocasião de um dossiê que trata de literatura numa perspectiva pluridisciplinar.

*Uma interdisciplinaridade heurística, apesar de complexa e tensa*

Voltando à primeira dimensão do desencontro, gostaria de tratar da interdisciplinaridade, de seus aportes e das tensões e incompreensões que às vezes ela implica.

No decorrer da mesa-redonda acima referida, um tema de discussão versou especificamente sobre o artigo que Márcia Abreu publicou no dossiê, a meu convite – artigo intitulado “Para além da leitura dos textos: presença da literatura na vida social no século XIX” (Abreu, 2019). Alguns colegas presentes refletiram sobre o retrato, feito pela historiadora da literatura, do campo acadêmico dos estudos literários no Brasil. Entre outros, Michel Riaudel não se conformava com a ideia de que existisse uma vertente dos estudos literários – no caso, a “história literária tradicional” – supostamente desvinculada de toda reflexão sobre a materialidade do livro, do impresso, que tivesse supostamente pouco ou nenhum interesse pelo contexto histórico ou a biografia do autor, na medida em que tais estudos prefeririam se concentrar apenas na análise estética, estilística dos textos. Ora, seria esse desinteresse pelas condições intelectuais ou materiais da produção literária nos estudos ditos literários que justificaria o fato de os historiadores se interessarem, por sua vez, pelas fontes literárias, oferecendo uma perspectiva analítica mais ampla e renovada. A ideia está presente logo na introdução do artigo de Márcia Abreu, que começa da seguinte maneira:

Várias críticas já foram feitas à história literária tradicional. Em particular, ela foi criticada por sua postura elitista na seleção de textos, por não levar em conta a importância dos suportes, por negligenciar a história da leitura, por não se interessar pelos critérios de avaliação literária específicos do período em que os textos foram produzidos, tampouco pelos aspectos materiais da produção e circulação de material impresso (Abreu, 2019)<sup>1</sup>

Enfim, a autora criticava em seu artigo o caráter “tradicional” do ensino da literatura nas escolas e universidades no Brasil, apesar do trabalho recente no seio da academia brasileira, visando desenvolver novas perspectivas mais amplas e abrangentes sobre as fontes literárias.

Acontece que esse retrato foi objeto de debate, pois o campo dos “estudos literários” não é uniforme, nem na França e tampouco no Brasil, e alguns colegas presentes à sessão da mesa redonda não se conformaram com aquele retrato, tendo sublinhado, pelo contrário, a realidade do diálogo interdisciplinar e a profunda renovação em curso do campo das Letras

---

<sup>1</sup> As traduções são de minha autoria.

nas universidades. Eles defenderam a ideia de que o ensino já se renovou bastante, no que diz respeito ao estudo de autores, escolas literárias (tal como o naturalismo) e obras, razão pela qual se podia criticar ou, pelo menos, matizar a afirmação de Márcia Abreu na abertura de seu artigo.

Cabe ressaltar aqui que, na discussão que se seguiu à minha conferência durante o nosso colóquio com colegas de várias universidades e disciplinas, pude comprovar que acadêmicos e professores da rede básica de ensino no Brasil demonstraram enfrentar dificuldades para promover uma perspectiva mais interdisciplinar ou menos estritamente literária no estudo das obras de ficção. Isso porque, segundo testemunharam os colegas, há uma presença significativa de estudos, na universidade, centrados no texto literário, e os currículos escolares priorizam determinados conteúdos convencionais de ensino, não deixando espaço para renovações.

Outra razão do caráter talvez provocativo ou polêmico do artigo de Márcia Abreu, ao oferecer uma perspectiva que eu, particularmente, acho muito interessante, é sua proposta de estudar especificamente a “presença social” da literatura na sociedade brasileira no Segundo Reinado, o que ela mesma chama de “literatura sem texto”, através de vários objetos, tais como o uso do nome de personagens literários na publicidade, citações literárias em textos políticos, etc. A perspectiva é pertinente, pois pesquisas recentes têm demonstrado que, no século XIX, a literatura teve um efeito tão penetrante no mundo social que traços dela podem ser encontrados até mesmo em fontes policiais, judiciais e notariais; prova de que a literatura tinha uma capacidade sem precedentes de moldar esse mundo social. No artigo de Abreu, o fato de tratar de literatura sem mobilizar diretamente os textos literários foi enxergado por alguns colegas da área de Estudos literários como uma proposição que, por mais interessante que fosse, já não tinha mais a ver com a “literatura” em si, entendida como obra de criação, de ficção. Tratar-se-ia, no caso, de outra coisa: história cultural, sem dúvida; mas história literária, não. Não concordo com a crítica e defendi, durante a mesa redonda, o grande aporte do estudo de Márcia Abreu que, tanto quanto outros colegas historiadores, permite enxergar de forma mais contundente o que foram (pois já não são) o lugar e o sentido da “literatura” nas sociedades do século XIX. Na minha opinião, o debate implicava duas definições diferentes do que é a literatura: uma que é mais estrita; e outra, mais ampla, que, na verdade, não se esquece totalmente da literatura, mas que permite enxergar melhor as

fronteiras da literatura – como realidade social e não só criação intelectual – numa sociedade e numa época dadas.

*Um objeto de pesquisa entre história e literatura: As Letras Pátrias no Brasil Império*

Após essas primeiras reflexões sobre as relações às vezes tumultuosas entre campos acadêmicos diferentes, gostaria, no entanto, de insistir na dimensão heurística do diálogo cada vez mais denso e frutífero entre especialistas de literatura e historiadores da cultura, ao analisarem juntos fontes literárias. É o caminho que eu resolvi seguir ao defender a minha tese de doutorado, em 2012: metade da banca foi composta por historiadores e a outra metade, por estudiosos da literatura cujas obras contribuíram para a renovação dos estudos literários, como Alain Vaillant, Michel Espagne ou Márcia Abreu.

O trabalho de Alain Vaillant é particularmente notável e até incontornável para os que se interessam pela história literária. Vaillant demonstrou que a “tradição” já passou – pelo menos na França – e que já faz tempo que a história literária vai se renovando, a partir de um intenso diálogo entre historiadores e historiadores literários; um diálogo cuja melhor encarnação talvez seja a revista *Romantisme*, que Vaillant dirigiu durante muitos anos. Gostaria de aproveitar este artigo para sublinhar a importância do trabalho de Alain Vaillant, ainda pouco conhecido no Brasil.

Em uma edição especial dessa revista, publicada em 2009, o grande historiador francês Christophe Charle enfatizou as virtudes de uma abordagem interdisciplinar na renovação da história cultural e prestou homenagem aos

especialistas literários [que] transcendem as fronteiras nacionais e renovam o comparatismo, como mostram os trabalhos de Michel Espagne sobre as transferências culturais e os trabalhos de Anne-Marie Thiesse e Pascale Casanova sobre o papel da literatura e dos escritores na construção nacional (Charle, 2009, p. 14).

Foi este mesmo tipo de abordagem que eu resolvi seguir ao escrever a minha tese, cujo objeto foi o processo de formação de uma literatura nacional e de um espaço literário no Brasil Império, mais especificamente entre os anos 1830, quando o projeto de fundar as Letras Pátrias se define, e os anos 1870, que marcam o declínio do momento “romântico”, após meio século de construção do “grande monumento nacional” das letras – metáfora utilizada por

José de Alencar para designar o patrimônio literário acumulado desde os anos 1830, durante a polêmica que ele teceu na imprensa carioca com Joaquim Nabuco em 1875 (Rozeaux, 2022).

Mobilizei na tese vários conceitos que nasceram desse diálogo fértil entre literatura e história, como, por exemplo, o conceito de “espaço literário” definido por Alain Vaillant a partir de uma releitura crítica e atualizada da teoria do “campo literário” definido por Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1992). Nos capítulos XI e XII do livro *Histoire littéraire* (2010), Vaillant define e promove o uso, por parte dos acadêmicos, do conceito de “espaço literário”, um espaço, no sentido geográfico e simbólico, cuja característica singular é de ser o espaço próprio do “sistema literário”, ou seja, “o sistema sócio-histórico constituído pelo conjunto de atores, de instâncias e de processos, que contribuem para a história literária” (Vaillant, 2010, 229). Foi esta perspectiva analítica que me permitiu reconstituir na tese o processo de formação de um espaço literário no Brasil Império, suas configurações múltiplas e evolutivas, seus modos próprios de legitimação e o equilíbrio das forças no meio literário, que foi se desenvolvendo ao longo das décadas – um estudo no qual a dimensão comparada com outros países como a França ou Portugal é sempre útil para se pensar as singularidades ou as filiações entre os espaços literários que compõem a “República das letras” em nível mundial.

Outro conceito instigante mobilizado por Vaillant é o de “comunicação literária”, que enfoca a materialidade do texto, numa sociedade em que o impresso ocupa um lugar crescente. Essa perspectiva de cunho antropológico sobre o “fato literário”, ou seja, o lugar e os usos diversos da “literatura” numa sociedade dada, contribui também para a renovação dos estudos literários. Assim, segundo o próprio Vaillant, a história literária tem de ser também uma história da comunicação literária, porque ela oferece uma concepção mais abrangente da literatura, como uma forma específica da comunicação humana, cujas características podem ser analisadas relativamente às outras formas de comunicação, como as redes de sociabilidade, as artes, etc. (Vaillant, 2009, p. 101).

Outro conceito ora clássico nos estudos literários e que foi muito proveitoso para a análise da dimensão transnacional de todo processo de criação de uma cultura nacional, como foi o caso do Brasil após a independência, é o de “transferência cultural”. Com efeito, esse conceito, definido inicialmente por Michel Espagne e Michael Werner a partir de uma análise das relações literárias entre a França e a Alemanha (1988), nos permite refletir sobre as circulações e suas reciprocidades entre Brasil e Europa, através dos processos de recepção e

apropriação das práticas culturais vindas do estrangeiro e através das figuras dos mediadores culturais. Foi essa atenção aos processos complexos e recíprocos de circulação cultural que permitiu pensar as trocas culturais transatlânticas sem cair no esquema muitas vezes caricatural – e, portanto, falso – de centro e periferia.

Eu poderia mencionar ainda outros conceitos, como o de “capitalismo de edição” (Thérenty e Vaillant, 2004), mas prefiro insistir nas virtudes do processo transdisciplinar de renovação dos estudos literários desde os anos 1990, cuja circulação e recepção no campo acadêmico brasileiro também contribuíram para a renovação das perspectivas analíticas sobre a história literária brasileira.

#### *As “garras” dos especialistas da literatura*

Minha reflexão teórica se apoiava ainda na leitura de trabalhos de outros colegas, como Judith Lyon-Caen, professora na EHESS, cuja tese sobre os leitores de Balzac contribuiu para renovar a história literária e a história da leitura. Ela é uma historiadora reconhecida por dialogar constantemente com os estudos literários. Publicou, junto com Dinah Ribard, em 2010, um livro muito instigante sobre a questão que nos interessa, intitulado *L'historien et la littérature (O historiador e a literatura)*. Mais recentemente, a historiadora publicou outro livro, fruto de uma pesquisa desenvolvida em sua tese de habilitação para orientação de pesquisas<sup>2</sup> e publicado em 2019 pela prestigiosa editora Gallimard. É intitulado *La griffe du temps. Ce que l'histoire peut dire de la littérature [A garra do tempo. O que a história pode dizer da literatura]*.

No livro, Judith Lyon-Caen propõe novas reflexões e metodologia para explorar fontes literárias numa perspectiva que seria a de uma historiadora que não renuncia a estudar a dimensão estética do texto (o que eu não quis fazer na minha tese). Recusando-se a limitar-se a seu entorno, nesse livro a historiadora aborda o próprio texto literário, ao propor uma “experiência de leitura histórica de um texto literário”. Já que o significado de um texto

---

<sup>2</sup> Chamada na França de HDR (Habilitation à diriger des recherches), essa titulação é a última etapa da carreira acadêmica na França.

literário só pode ser experimentado por meio da mediação de uma leitura, essa hermenêutica é necessariamente singular e resolutamente histórica (“*historienne*”), baseada no conhecimento disciplinar. Ao fazer isso, Judith Lyon-Caen se confronta à “resistência à história” do texto literário, tão apropriadamente lembrada por Roland Barthes, aquele “resto” irreduzível do literário que Pierre Barbéris já tinha apontado como o fora de campo da história.

A perspectiva da historiadora inscreve-se também na microhistória, pois o livro reproduz o texto completo de uma obra de ficção, “*La Vengeance d'une femme*”, um conto que encerra a coletânea sulfurosa *Les Diaboliques*, de Barbey d'Aurevilly, publicada em 1874 – conto no qual a autora se detém em seu estudo. Na análise, Lyon-Caen evoca diferentes temas presentes na obra, com a finalidade de contextualizar de maneira fina os fatos e objetos mobilizados pelo autor ao longo da sua narração. Ela se interessa também pelo processo de escrita da obra, a partir do estudo dos manuscritos originais, e pela personalidade do autor, na medida em que esses aspectos lhe permitem entender o estilo e os objetivos de Barbey d'Aurevilly ao escrever *Les Diaboliques*.

Mais original ainda é o estudo dos “detalhes” – objetos, imagens, lembranças, presentes no desenvolvimento da narrativa –, a partir da hipótese de que esses elementos não são meros “efeitos de real”, mas marcadores de tempo que, por sua combinação em série, constituem um “regime historiográfico de detalhe”, de um mundo e uma cultura (material) historicamente situados. Essas são as “garras do tempo”, de um passado ainda recente, mas já passado, da década de 1840 ressuscitada pelo escritor no auge da sua carreira, três décadas mais tarde.

O processo lento e meticuloso de revelação do texto permite assim observar de perto essas práticas de escrita e situá-las histórica e socialmente. Na conclusão do livro, a historiadora insiste: o entorno do texto e o próprio texto interessam, portanto, aos historiadores – e também aos estudiosos da literatura, claro – na medida em que sua análise conjunta ajuda a responder a esta grande questão, que consiste em avaliar “o impacto e a influência da literatura na vida dos indivíduos” nas sociedades contemporâneas.

Ora, com respeito à sua recepção crítica, o livro de Lyon-Caen recebeu, em meio a muitos elogios – entre os quais figura a resenha que eu mesmo escrevi (Rozeaux, 2020) – algumas reservas e comentários mais críticos. Foi o caso do doutorando na EHESS Pierre Benetti, que criticou a definição de literatura tal como ela é dada no livro, mas também o



retrato negativo que a historiadora faz dos “estudos literários” (o que encontra ressonância no episódio evocado no início deste artigo e nas discussões durante aquela mesa-redonda de 2020), ao procurar legitimar o trabalho dos historiadores com as fontes literárias. Benetti acusa a historiadora de ignorar a profunda renovação da teoria e da crítica literárias nas últimas décadas (Benetti, 2019). Ele mobiliza o estruturalismo ou as teorias de Walter Benjamin para criticar o trabalho histórico a respeito das obras literárias, ressalta os limites da metodologia apresentada por Lyon-Caen quando se trata de autores muito diferentes de Barbey d’Aurevilly, como por exemplo Proust ou Joyce, e conclui abordando a questão central da apreensão do tempo, o da obra e o do presente, na literatura, o que conformaria sua originalidade irreduzível.

Ou seja, segundo ele, o significado da obra não poderia ser esgotado pela história como disciplina, ainda quando se recorre a uma metodologia mais ampla e ambiciosa como o fez Lyon-Caen, que escolheu uma obra cujo estilo e tema se conformavam perfeitamente à sua metodologia e demonstração – o que revelaria justamente os limites de seu empreendimento. Interessante ressaltar que essas considerações têm muito a ver com a discussão travada durante a mesa redonda organizada na EHESS em 2020, quando os convidados, Michel Riaudel e eu abordamos a delicada questão do estatuto da literatura e de seu compromisso (ou não) com a verdade.

#### *A questão da “verdade” na literatura e na história*

Assim chego à última parte deste artigo, sobre a questão da relação, do compromisso com a verdade por parte da literatura e por parte da história, dois gêneros diferenciados e às vezes concorrentes. Trata-se de uma questão antiga, visto que o romance pretende (às vezes) retratar o mundo social contemporâneo ou passado (o que faz o próprio Barbey d’Aurevilly quando retrata a Paris dos anos 40 numa obra publicada trinta anos depois, na década de 1870).

Pensamos, obviamente, na tradição do romance realista e naturalista do século XIX, que, muitas vezes, se apresenta como um espelho da sociedade. E pode ser muito tentador tratar os romances de autores como Balzac, Eugène Sue ou Zola como fontes primárias, com o fim de descrever a realidade social da burguesia ou da classe operária na França do século XIX. Sabemos o quanto os autores naturalistas se inspiraram na vida social e política do seu

tempo ao escreverem suas obras. Mas, mesmo assim, estas não deixam de ser obras literárias, cujo compromisso com a realidade ou a “verdade” histórica não é a de uma obra de história, sobretudo considerando-se que a história se torna, no século XIX, uma disciplina acadêmica, com pretensões científicas.

Cabe lembrar que essa questão teve, novamente, certa atualidade nos últimos anos na França, após o êxito de alguns romances que podemos definir como “históricos”. Vários artigos, dossiês e até livros foram publicados sobre o assunto recentemente. Entre eles, figura um número da revista *Les Annales*, de 2010, sobre os “saberes da literatura”. O historiador Emanuel Bouju, num artigo do dossiê que trata da transcrição da história na literatura contemporânea, quis reafirmar as diferenças essenciais entre história e literatura, ao fazer referência à natureza historiográfica do discurso histórico, tal como definido por Michel de Certeau (Bouju, 2010). Entre outros romances, Bouju analisa a obra de Jonathan Littell que recebeu em 2006 o Prêmio Goncourt, *Les Bienveillantes*. Trata-se, segundo o historiador, de um livro em que encontramos certa confusão entre o autor e o narrador de ficção:

O uso, seja como servo ou manipulador, que o romance faz do passado como um exercício no presente de suas possíveis memórias, mantém, portanto, uma relação polêmica e muitas vezes conflitante com o conhecimento da historiografia, cuja encenação narrativa pode servir a uma ampla gama de ambições (Bouju, 2010).

Eis a conclusão do autor no artigo; uma reflexão instigante que permite entender melhor o quanto são complexas as relações entre história e literatura nas obras romanescas contemporâneas:

Longe de querer orquestrar impunemente uma confusão enganosa entre os status do discurso historiográfico e da narrativa romanesca, e em vez de ingenuamente pretender rivalizar com o conhecimento “histórico”, o romance contemporâneo escolhe, acima de tudo, estabelecer-se nas dobras deste último, em seus espaços em branco, e assim empenhar seus próprios meios no empreendimento de uma escrita semelhante a um palimpsesto do texto virtual, ou ideal, da experiência histórica (Bouju, 2010).

Benetti falava da ficção como forma de apreender o tempo, e Bouju parece chegar à mesma conclusão ao analisar uma série de romances que tratam da história do tempo presente: o texto de ficção propõe uma memória possível da história, capaz de exprimir, por exemplo, uma memória fantasma da dor ou de uma tragédia.

Em outro dossiê, publicado na *Revue d'histoire moderne e contemporaine*, outro historiador tece uma reflexão epistemológica a partir de um estudo das numerosas críticas do romance de Littell formuladas por diversos historiadores ou memorialistas, ao sublinharem os “erros” ou incongruências da obra. Ora, segundo Jean Solchany,

a interpretação da história transmitida por um romance ou filme não está sujeita ao tipo de procedimento probatório usado pelos cientistas sociais. Talvez valha a pena ressaltar isso à luz das muitas críticas feitas a uma obra literária que foi confundida com uma tese de doutorado. Da mesma forma que uma narrativa cinematográfica, um romance tem pouco a ver com um relato histórico (Solchany, 2007).

Talvez isso tenha a ver com o “terrível efeito de real” da obra em questão. De fato, apesar de ficcional, o romance baseia-se na história, na história de um tempo complexo, terrível e traumático como foi a Shoah e, assim sendo, não deixa de ser uma contribuição fundamental para a memória do evento:

Depois de sacrificar 30 ou 40 horas de suas vidas a Jonathan Littell, os leitores – mesmo aqueles com pouco interesse em história – não estarão mais totalmente alheios a fenômenos que permanecem pouco conhecidos do público em geral, porque não devemos nos iludir com a disseminação da história acadêmica. *Les Bienveillantes* não é uma obra de história, mas sua leitura o familiarizará com realidades históricas relativamente complexas (Solchany, 2007).

E o autor conclui: “Poucas obras literárias fizeram uma contribuição tão eficaz para o ‘dever de memória’” (Solchany, 2007). São reflexões muito interessantes para se pensar a necessária complementaridade entre obras históricas e obras de ficção. Melhor falar em complementaridade do que em concorrência ou em travessia de fronteiras. O leitor sabe fazer a diferença entre ambos os gêneros, e a literatura sempre ofereceu uma grande contribuição para a memória dos eventos históricos. Sabemos que história e memória não são a mesma coisa, apesar de sua proximidade e conexão, mas isso remete a outra discussão, que não quero desenvolver agora. Sendo assim, os historiadores não devem avaliar obras de ficção como se fossem obras históricas. No entanto, é fato que a “potência” incomensurável das obras de ficção relativamente às obras de história não deixa de interrogar ou incomodar os historiadores profissionais – e esse velho desafio talvez imponha aos historiadores a obrigação de inventarem novas formas narrativas mais atraentes, sem renunciarem ao compromisso com as regras da disciplina.

### *A modo de conclusão*

Para concluir essas reflexões sobre o diálogo complexo, às vezes tenso, entre história e literatura, gostaria de voltar à introdução que eu e Michel Riaudel escrevemos para o dossiê publicado em 2019 na revista *Brésil(s)*, em que relembramos esta verdade incontornável, irredutível: história e literatura pertencem a dois regimes de conhecimento e de escrita fundamentalmente diferentes.

A literatura não tem compromisso com a verdade, ainda que algum autor tenha dito que sim ou pretendesse tê-lo. Por isso mesmo a literatura não mente, enquanto o historiador pode mentir ou falar coisas erradas, de propósito ou não, sinceramente ou não (pensemos no negacionismo, por exemplo). A literatura não responde a critérios de argumentação, de provas baseadas em fontes primárias ou secundárias. Os valores da literatura, o cânone literário tem sua autonomia própria. Mas nem por isso a literatura deixa de ser um “modo de conhecimento”, um veículo singular da história, da memória coletiva, ou melhor, do tempo. E, por essa razão, ela não deixa de interessar os historiadores, pois ela é uma fonte chave para entender melhor as sociedades do passado, desde os antigos gregos até as nossas sociedades contemporâneas.

Gostaria, então, de citar um trecho do nosso texto:

Embora uma obra literária esteja livre, em seus enunciados, dos procedimentos de verificação e autenticação que prevalecem na história, por exemplo (um dos corolários disso tem sido o esforço para obter acesso àquela subjetividade que tende ao zero que chamamos de objetividade, ou pelo menos para acreditar que isso é possível), ela continua sendo um modo de conhecimento, à sua maneira - cuja força performativa tem sido capaz de seduzir e enganar muitos historiadores. Portanto, para nós, era necessário submeter a literatura à história, o que chamamos de história literária, que não é nem mais nem menos que a história. Mas também queríamos descobrir o que a literatura poderia dizer sobre nosso lugar no tempo, em uma temporalidade, e como ela faz história (Riaudel; Rozeaux, 2019).

Outra diferença fundamental é que a obra literária mobiliza sistematicamente o implícito, diferentemente do historiador, cujo trabalho é basicamente um esforço para tornar explícito o que é implícito nas fontes, nos arquivos. O implícito reside na relação dialética que conecta o autor com o leitor:

A construção do significado é o trabalho conjunto de um autor e um leitor, uma operação que está sendo constantemente retrabalhada. Em outras palavras, a atividade crítica que uma obra exige é, acima de tudo, interpretação (aprendizado). Essa é a principal vocação dos estudos literários: concluir o estágio final na constituição da obra, como parte de um processo de treinamento que nos convida a nos reinvestirmos no secular. A contextualização, a história, a filologia e outras ferramentas podem ser de alguma ajuda, mas esse sistema pressupõe que, após cada leitura, a palavra (o significado) seja reaberta até que o texto acabe se apagando, desaparecendo da posteridade. Ele pressupõe que a história ou a sociologia (que podem ler o texto ou dispensá-lo, olhar para seus avatares, derivados ou para as mundanidades que o cercam: “vida literária”, festivais, prêmios, recepção da mídia etc.) só terão a última palavra de seu próprio ponto de vista, enquanto a obra como tal resiste (ou terá perdido seu status) (Riaudel; Rozeaux, 2019).

Eis onde reside o mistério da literatura, onde reside sua diferença fundamental, essencial em relação à história: o pacto de leitura é singular, o papel do leitor também é peculiar, o que não quer dizer que o encontro será sempre um desencontro: literatura e história são formas concomitantes e às vezes concorrentes da criação e da narração do tempo, formas diferentes de abordar e tratar o passado, o presente e o futuro. Esclarecer e assumir essas diferenças são as premissas para que o encontro não se torne um desencontro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. Au-delà des textes : présence de la littérature dans la vie sociale brésilienne au XIX<sup>e</sup> siècle. *Brésil(s)* [En ligne], 15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/bresils.4763>.

BENETTI, Pierre. La littérature pense. *En attendant Nadeau*, 2019. Disponível em: <https://www.en-attendant-nadeau.fr/2019/02/12/litterature-pense-lyon-caen/>.

BOUJU, Emmanuel. Exercice des mémoires possibles et littérature « à-présent ». La transcription de l'histoire dans le roman contemporain. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. v. 65, n. 2, 2010, p. 417-438. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-Annales-2010-2-page-417?lang=fr>.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.

CHARLE, Christophe, Méthodes historiques et méthodes littéraires, pour un usage croisé. *Romantisme*, 2009, n. 143, p. 13-29. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-romantisme-2009-1-page-13?lang=fr>

ESPAÑE, Michel e WERNER, Michael. *Transfert. Les relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIII-XIX siècle)*. Paris: Éd. Recherche sur les civilisations, 1988.

LYON-CAEN, Judith e Ribard, Dinah. *L'historien et la littérature*. Paris: La Découverte, 2010.

LYON-CAEN, Judith. *La griffe du temps. Ce que l'histoire peut dire de la littérature*. Paris: Gallimard, 2019.

RIAUDEL, Michel e ROZEAUX, Sébastien. Discretion de la lettre, savoirs du temps. *Brésil(s)* [En ligne], 15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/bresils.4142>.

ROZEAUX, Sébastien. Judith Lyon-Caen, *La griffe du temps. Ce que l'histoire peut dire de la littérature*, Paris, Gallimard, NRF Essais, 2019, 293 p. *Les Cahiers de Framespa* [En ligne], 33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/framespa.7369>.

ROZEAUX, Sébastien. *Letras Pátrias. Les écrivains et la création d'une culture nationale au Brésil (1822-1889)*. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2022.

SOLCHANY, Jean. Les Bienveillantes ou l'histoire à l'épreuve de la fiction. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, v. 54-3, n. 3, 2007, p. 159-178. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2007-3-page-159?lang=fr>.

THÉRENTY, Marie-Eve e VAILLANT, Alain (dir.). *Presse et plumes. Journalisme et littérature au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2004.

VAILLANT, Alain. *L'Histoire littéraire*. Paris: Armand Colin, 2010.

VAILLANT, Alain. Histoire culturelle et communication littéraire. *Romantisme*, n. 143(1), 2009, p. 101-107. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rom.143.0101>.